

Relatório de Atividades - Gestão 1999-2000

I - Fortalecimento da esfera pública democrática

Coerente com os princípios que nortearam sua fundação, a ABONG posicionou-se sempre ao lado das organizações da sociedade civil que buscam a promoção, universalização e respeito aos direitos humanos e sociais e à democracia; o combate à pobreza; à exclusão social e a qualquer espécie de discriminação e preconceito; o fortalecimento e a promoção da cidadania, da participação política e cultural dos setores marginalizados da sociedade.

Nesta perspectiva, algumas iniciativas foram marcantes nos anos de 1999 e 2000.

Monitorando recursos públicos

Nos últimos dois anos o País assistiu à redução dos recursos públicos para as áreas sociais. Nestes casos, o monitoramento e posterior denúncia por parte das organizações da sociedade civil têm resultado em mobilizações. Algumas vezes o poder público recua ante a pressão, outras, as ações funcionam para democratizar a informação.

Por meio da atuação de suas associadas, ou de representação própria, a ABONG vem apoiando este tipo de ação da sociedade civil.

Em março de 1999, por exemplo, a ABONG e outras entidades fizeram solicitação de abertura de inquérito civil e outras ações públicas cabíveis junto à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria Geral da República, no sentido de garantir que os recursos obtidos com o empréstimo concedido pelo Banco Mundial fossem destinados ao combate à pobreza.

Embora o documento oficial que concedia o empréstimo destinasse US\$ 252 milhões à Rede de Proteção Social, a presidência da República tinha enviado ao Congresso Nacional solicitação de autorização para o empréstimo salientando a “intenção de utilizar os recursos na amortização da dívida externa”.

A fim de realizar ações coordenadas de monitoramento, a ABONG participou, em maio de 1999, de um encontro com organizações da sociedade civil, no qual foi discutida a relação entre o ajuste fiscal proposto pelo Governo Federal e os cortes orçamentários na área social. Na ocasião foram estabelecidas estratégias para o controle e divulgação desses dados, que estão sendo coordenadas pela ABONG, Central de Movimentos Populares – CMP, Fórum Nacional de Lutas, CUT e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Mobilização

Ainda na relação com o Estado, a ABONG tem integrado mobilizações da sociedade civil na defesa de direitos.

Assim foi em setembro de 1999 quando, diante da falta de recursos para a compra de medicamentos para a AIDS, diabetes, tuberculose, hanseníase e malária, a ABONG integrou as manifestações e protestos articulados por ONGs de todo o País, que recebeu inclusive o apoio de entidades internacionais. O resultado foi imediato. Em poucos dias o Governo Federal autorizou o pedido de suplementação de verba para a compra dos medicamentos, encaminhou ao Congresso Nacional que aprovou rapidamente, assegurando assim o direito de acesso aos medicamentos.

A mobilização também foi fundamental para pôr fim às verbas de subvenção social destinadas aos 49 deputados estaduais de Pernambuco. Em março de 2000, a Regional Nordeste I da ABONG (PE, PB e AL), entrou com pedido de arguição de inconstitucionalidade da Lei que destinava R\$ 20 mil para cada deputado repassar a entidades sociais de sua preferência. Diante do repúdio da população a esta arbitrariedade, expresso inclusive pela imprensa local, os deputados recuaram e votaram pela extinção das verbas. Na ocasião, a ABONG/Regional defendeu que estes recursos fossem destinados ao Fundo Estadual da Assistência Social ou a programas da área social.

Em maio de 2000, a ABONG apoiou a campanha organizada por ONGs ambientalistas contra as alterações no Código Florestal que reduziam as áreas de reserva ambiental. Sob a pressão da bancada ruralista, este projeto de lei chegou a ser aprovado na Comissão Mista do Congresso, com o apoio do governo, que negociou com os ruralistas, em troca da aprovação do aumento do salário mínimo no valor de R\$ 151,00. Além de denunciar a “troca de favores”, a ABONG estimulou a campanha que mobilizou milhares de pessoas e entidades, resultando na derrubada do Projeto pelo Colégio de Líderes.

Educação para todos

Durante a Conferência Mundial de Educação, realizada em Dakar em abril de 2000, a ABONG foi a única organização da sociedade civil brasileira que participou do encontro oficial, a convite da Unesco. A Associação também esteve presente no Fórum Paralelo, que reuniu ONGs de todo o mundo e defendeu a destinação de 6% do PIB de cada país para a educação, que não foi incluída no documento final do encontro oficial.

No ocasião, a coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, organizada por ONGs de vários países, entregou abaixo-assinado reivindicando que os governos reconheçam a educação como um direito, atendendo crianças, jovens e adultos, democratizando o processo de elaboração das políticas educacionais e alocando mais recursos para o setor. No Brasil esta Campanha é organizada por ONGs associadas à ABONG.

Transgênicos

A luta da sociedade civil organizada para evitar que o Governo libere o consumo e a produção de alimentos geneticamente modificados, até que se tenham os resultados de um estudo sobre os riscos do impacto ambiental e na saúde da população que esses produtos podem ocasionar, também recebeu o apoio da ABONG. Várias das associadas integram a campanha “Por um Brasil livre de transgênicos”, produzindo material informativo, debates e liderando manifestações em todo o País. Por este posicionamento, em agosto de 2000 as ONGs foram alvo de críticas por parte do ministro da Agricultura Marcus Vinícius Pratini, que as acusou de serem “patrocinadas por fabricantes de herbicidas e agrotóxicos”. A ABONG e o Idec, ONG citada pelo ministro, recorreram à Justiça, exigindo explicações sobre as declarações, o que levou o ministro a uma retratação pública.

Conselhos de Gestão

A participação da ABONG nos Conselhos Nacionais de Gestão tem sido pautada pela proposição e defesa de políticas públicas que universalizem direitos e combatam a exclusão social, além de reafirmar a importância da participação da sociedade civil na gestão pública.

Os anos de 1999 e 2000 foram marcados por avanços na relação com o Estado através dos pares, representantes governamentais, que formam esses espaços.

No Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, tem sido positiva a intervenção da sociedade na dotação orçamentária para a área. Também houve consenso entre os conselheiros contra a intenção de redução da idade penal, manifestada no Congresso Nacional por alguns parlamentares. Em março de 2000, pela primeira vez na história do Conanda, um representante da sociedade civil, Cláudio Augusto Silva (Fé e Alegria, ONG associada à ABONG), foi eleito presidente do órgão. A eleição foi garantida por meio de um acordo estabelecido na última votação, quando houve empate entre sociedade civil e governo, e o impasse foi resolvido com a garantia da alternância das representações na presidência.

Em novembro de 2000 a ABONG foi reeleita como representante da sociedade civil no órgão, que também reelegeu outras duas de suas associadas: Fé e Alegria e Centro Luís Freire, além do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, eleito como suplente.

Já no Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS, as relações têm sido mais tensas. Em outubro de 1999 a ABONG denunciou o desrespeito do Executivo Federal pelo Conselho ao adotar os critérios de partilha dos recursos federais da assistência social para estados e municípios propostos pelo Ipea, que privilegiam os “locais mais pobres”. Para a ABONG, a medida “tirava dos pobres para dar aos um pouco mais pobres”, sem tocar na necessidade de ampliação dos recursos sociais.

No ano seguinte, 2000, o Governo Federal interviu no processo eleitoral dos representantes da sociedade civil, prejudicando a livre participação das entidades. A ABONG foi uma das prejudicadas, tendo que abdicar de sua habilitação para que suas associadas pudessem participar. A discussão sobre a alternância para a presidência do órgão, a exemplo do que ocorre no Conanda, ainda não avançou. Entre as entidades eleitas, em abril de 2000, para representar a sociedade civil, está a Amencar, associada à ABONG, que vem sendo a principal fonte de informação na socialização das deliberações do CNAS.

Marco Legal

A ABONG participou e acompanhou atentamente a elaboração, votação e desdobramentos do Projeto de Lei nº 4.690/98, que resultou na lei 9.790, sancionada em junho de 1999 e que estabeleceu a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Integrando desde o início das rodadas de discussões junto ao Comunidade Solidária que resultaram no Projeto Lei apresentado pelo Governo Federal, em janeiro de 1999 a ABONG apresentou propostas de emendas ao Projeto original com o objetivo de garantir transparência, ampliação do acesso e controle social dos termos de parceria a serem firmados entre organizações da sociedade civil e Governo.

Em abril, durante o processo de regulamentação da Lei, a diretoria da ABONG encaminhou ao Comunidade Solidária propostas que tinham por objetivo estabelecer critérios de seleção para acesso aos termos de parceria e garantir que estes estivessem de acordo com as definições de políticas estabelecidas pelos Conselhos de Políticas Públicas.

Depois de sancionada pela presidência da República, a Lei foi tema de um debate interno realizado com a participação da diretoria da ABONG e de uma assessoria jurídica, e pautado a partir das dúvidas manifestadas pelas associadas através de consulta feita pela sede nacional. O resultado do debate foi divulgado no Informe ABONG e sua íntegra disponibilizada no site da ABONG, com o objetivo de orientar as ONGs quanto à decisão de aderir ou não ao novo marco legal.

Em abril de 2000, a diretoria da ABONG reuniu-se com representantes do Comunidade Solidária e do Ministério da Justiça, responsáveis pela qualificação como OSCIP, e constatou que, em um universo de 150 mil organizações da sociedade civil, apenas 192 haviam solicitado adesão. Dessas, 25 tiveram os processos deferidos, das quais sete eram de assistência social.

Refletindo o fraco apelo que a legislação tem junto às organizações, a informação foi divulgada também como forma de orientar as associadas na opção pela nova qualificação. As ONGs que possuem o certificado de filantropia têm até junho de 2001 para tomar esta decisão.

Reconhecimento

No monitoramento da gestão pública, a ABONG também não se retrai em reconhecer posicionamentos adequados por parte do Governo. Assim, em setembro de 2000 a Associação apoiou publicamente a iniciativa do Governo Federal em repudiar a intervenção militar norte-americana na Colômbia a pretexto do combate do narcotráfico.

II - Fortalecimento da sociedade civil e cooperação internacional

A busca de novos parceiros e interlocutores junto à sociedade civil, nacional e internacional, foi um dos eixos prioritários que orientaram o trabalho da ABONG no biênio 1999/2000.

Internamente, houve a manutenção das relações com os movimentos sociais e outros setores da sociedade, inclusive como as fundações empresariais.

Entre outras ações, houve a continuidade da participação da ABONG, sobretudo por meio de suas regionais, no Fórum Nacional de Lutas por Trabalho, Terra e Cidadania, organização que agrega entidades representativas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, entre outras organizações da sociedade civil.

A presença da ABONG neste Fórum, possibilitada graças à mobilização dos Regionais, sempre se pautou pela preocupação de fazer dele, mais que um espaço de organização de manifestações, tivesse caráter propositivo, contrapondo às políticas excludentes do atual governo alternativas de desenvolvimento gestadas pela sociedade civil.

Ainda seguindo a orientação de realizar intervenção propositiva nos espaços coletivos, a Regional Sul/ABONG vem participando, juntamente com várias outras organizações da sociedade civil, da elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável para os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O Fórum Amazônia participou da articulação da Rede Criança Belém, que reúne 200 instituições de atendimento à infância e adolescência naquele município. O projeto, organizado pelo Fórum DCA de Belém, teve início em maio de 2000 e prevê a capacitação e apoio à infra-estrutura das entidades que participam da Rede, com o financiamento do BNDES.

Dívida Externa

A ABONG também se reuniu a outras organizações da sociedade civil para debater e propor alternativas ao impasse da dívida externa.

Assim, a ABONG apoiou a realização do Tribunal da Dívida Externa, em abril de 2000, organizado pela CNBB/Cáritas, MST, Central de Movimentos Populares – CMP, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – Conic e Cese. O veredicto do Tribunal considerou a dívida externa “injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente” e foram propostos compromissos e estratégias de ação no sentido de organizar a sociedade civil na mobilização pelo cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados.

Como conseqüência do Tribunal, nasceu o Plebiscito da Dívida Externa, organizado pela CNBB, ONGs, movimentos sociais, partidos políticos e outros atores, realizado de 2 a 7 de setembro em todo o País, e que contou com a participação de mais de 5 milhões de pessoas, que responderam às perguntas: 1) O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional; 2) O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988. 3) Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

A maioria absoluta dos participantes disse não ao cumprimento do acordo com o FMI; quer uma auditoria pública sobre a dívida externa e repudiou a utilização do orçamento para o pagamento da dívida interna.

A ABONG, além de divulgar a importância desse plebiscito, sediou em parceria com a ONG Ação Educativa e o comitê de organização do Fórum Social Mundial, um dos pontos de votação, promovendo campanha informativa na região central da cidade de São Paulo.

Articulações da sociedade civil

A fim de fortalecer o controle social sobre as políticas públicas, ONGs, movimentos sociais e outros atores vêm se organizando em fóruns temáticos que atuam nas esferas nacional, estadual e municipal. A ABONG integra algumas dessas instâncias em âmbito federal e orienta a participação de suas Regionais e associadas nas demais esferas.

Integrante do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, a ABONG participou ativamente da campanha contra a redução da idade penal, tendo inclusive produzido uma publicação, em parceria com o Fórum, com o objetivo de orientar e informar sobre o tema.

Ainda para assegurar e avançar no estabelecimento de direitos de crianças e adolescentes, a ABONG participou intensamente das comemorações pelos 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e da avaliação de sua implantação, processo coordenado pelo Unicef, Conanda, Fórum DCA - Nacional e Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça. Neste trabalho, a ABONG coordenou o grupo de trabalho sobre sistema de garantia de direitos. Além da avaliação, as entidades que participam dessa articulação deverão estabelecer metas a serem cumpridas até 2005 e, depois, 2010.

Esta avaliação também foi organizada no âmbito regional pelo Fórum Regional BA/SE, da ABONG, através do Cecup, processo que culminou com a “Caminhada política, artística e cultural em comemoração aos 10 anos do ECA e contra a redução da idade penal”, realizada em outubro de 2000, em Salvador.

A atuação do Fórum DCA também tem sido decisiva para o processo de democratização da gestão do Conanda, uma vez que o Fórum, que conta com a participação de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente de todo País, dá o respaldo necessário para a atuação dos representantes da sociedade civil no órgão paritário.

Dentro dessa perspectiva de ampliação do controle social sobre as políticas públicas, a ABONG foi uma das fundadoras e organizadoras do Fórum Nacional da Assistência Social, que iniciou suas atividades em agosto de 1999. Entre suas primeiras ações, estão registradas o monitoramento da destinação das verbas públicas para a assistência social, a denúncia do desrespeito do Governo Federal em relação ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e a pressão para que a sociedade civil tivesse autonomia no processo de escolha para as eleições do órgão.

Eleições Municipais

A ABONG participou de algumas iniciativas, como a organização e campanha da Plataforma Prefeito Criança, encabeçada pela Fundação Abrinq, com o apoio de várias outras organizações da sociedade civil, e lançada em agosto de 2000. O objetivo dessa iniciativa foi buscar a adesão dos candidatos a prefeito em todo o País a um documento que estabelecia compromissos no sentido de

implementarem, caso eleitos, políticas que resultem na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes.

Em Belém (PA), a Regional Amazônia fez um pronunciamento público em favor da candidatura democrático-popular que disputava a eleição municipal.

A ABONG apoiou o Projeto de Lei de Iniciativa Popular contra a Corrupção Eleitoral, organizado pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz e encaminhado ao Congresso Nacional em julho de 1999. O projeto resultou na Lei Eleitoral que regeu as eleições municipais, coibindo energicamente a compra de votos e o abuso do poder econômico e político, entre outros crimes.

Também para contribuir com o exercício cidadão do voto, a ABONG apoiou a iniciativa de organizações da sociedade civil, incluindo várias de suas associadas, de realizarem a campanha “Olho no seu voto”, que apresentava algumas políticas públicas que deveriam ser contempladas no programa de governo das candidaturas.

Transparência Brasil

O anseio de combater a corrupção que impera em diversas instâncias da sociedade levou à articulação de ONGs e outros atores no sentido de formar, no Brasil, um escritório da Transparency International, ONG internacional que anualmente divulga os índices de corrupção em vários países.

A ABONG integra o Conselho Deliberativo da Transparência Brasil - TB, que é formado ainda pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo – SindusCon-SP, Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE, Transparência, Consciência e Cidadania; Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – Cives; União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle e Instituto Ethos, além de personalidades, como Dr. Aristides Junqueira, a juíza Denise Frossard e o jornalista Juca Kfourri.

Fundada em fevereiro de 2000, a primeira ação da TB foi promover uma campanha denunciando os problemas sociais gerados pela corrupção, em virtude da utilização indevida dos recursos públicos. A iniciativa foi veiculada durante o período da campanha eleitoral, levando a população a refletir sobre a importância do voto como forma de combate à corrupção.

Observatório da Cidadania

O Observatório da Cidadania, articulação que tem por objetivo monitorar e divulgar a implementação dos acordos estabelecidos durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento, Copenhague (1995) e Mulheres (Pequim, 1995), lançou em 2000 sua quarta edição.

A versão brasileira do Social Watch é coordenada por ONGs de várias regiões, tem a representação da ABONG e, além de divulgar dados, promove debates sobre a conjuntura, fator determinante na implementação das políticas sociais e direitos.

Processo de Articulação e Diálogo - PAD

Desencadeado no início dos anos 90, o Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Europeias e Entidades Parceiras no Brasil - PAD, reúne Movimentos Sociais, Entidades Ecumênicas no Brasil, ONGs e Agências Ecumênicas Europeias, contrapartes de HEKS (Suíça), NCA (Noruega), ICCO e de Solidaridad (Holanda), PPM e EZE (Alemanha) e Christian Aid (Reino Unido), com o objetivo de promover o diálogo multilateral entre as agências ecumênicas europeias e suas contrapartes no Brasil, estabelecer a articulação em torno de aspectos de comum interesse e construir um novo pacto de cooperação.

A atuação do PAD se dá por meio de grupos de trabalho sobre Direitos Humanos e Desenvolvimento Institucional e Organizacional. Nessa perspectiva, a ABONG vem estabelecendo parcerias no sentido de divulgar o trabalho da articulação - através de um espaço permanente no site da ABONG - e buscar estratégias comuns que resultem no apoio ao desenvolvimento da atuação das ONGs.

Em 2000, esta parceria resultou na organização e publicação de um Manual de Fundos Públicos e Privados (ver Outras Publicações), que procura auxiliar as entidades na tarefa de captação de recursos.

Estudos do Terceiro Setor

Em agosto de 1999, representantes dos Fóruns Regionais participaram de uma série de oficinas organizadas pelo Grupo de Estudos do Terceiro Setor – GETS, abordando temas como captação de

recursos, voluntariado e gerenciamento das ONGs. Essas atividades foram “multiplicadas” pelos Regionais em seu local de atuação.

As oficinas eram parte do Projeto de Transferência de Tecnologia Brasil-Canadá, através do qual se estabeleceu uma parceria entre a Agência Canadense de Cooperação Internacional – Cida, Agência Brasileira de Cooperação – ABC, United Way of Canadá Centraide – UW-CC, e o próprio GETS. A ABONG integra o GETS desde 1997, quando ele foi formado com o objetivo de estudar o Terceiro Setor e buscar ações que pudessem fortalecê-lo. Além da Associação, participam do GETS a Fala Preta.